

Proteção infantil durante a COVID-19: até quando os casos de maus-tratos infantis continuarão sendo subnotificados?

Child protection during COVID-19: how long will child abuse cases be underreported?

Protección infantil durante la COVID-19: ¿hasta cuándo serán subregistrados los casos de malos tratos infantiles?

Mateus Luz Levandowski ¹
Douglas Nunes Stahnke ²
Tiago N. Munhoz ^{3,4}
Jean Von Hohendorff ⁵
Roberta Salvador-Silva ⁶

doi: 10.1590/0102-311X00078421

Agradecemos as autoras ¹ pelo interesse e comentários sobre o nosso artigo ². Consideramos urgente discutir e divulgar amplamente esses resultados para a comunidade em geral, principalmente para as pessoas formadoras de políticas públicas.

Embora nosso artigo tenha demonstrado redução das notificações de maus-tratos na infância no começo da pandemia no Brasil (março e abril de 2020) ² e mais de um ano tenha se passado desde a coleta dos dados, no momento o Brasil lidera estatísticas de casos e mortes em relação à COVID-19. Até o dia 21 de março de 2021 já foram 2.713.028 mortes por COVID-19 no mundo, sendo 294.042 no Brasil ³. Mesmo o Brasil representando apenas 2,7% da população global, o país sozinho representa aproximadamente 10% das mortes por COVID-19 no mundo, sendo que na primeira semana de março de 2021, o Brasil sozinho foi responsável por quase 20% das mortes por COVID-19 em todo o planeta ⁴. Até a presente data, a curva de contágios e mortes por COVID-19 segue subindo vertiginosamente, enquanto apenas 1,6% da população recebeu as duas doses da vacina.

Nesse sentido, ainda é necessário que estados e municípios adotem diversas medidas de distanciamento social e fechamento de serviços não-essenciais para conter a transmissão exponencial do vírus. No Rio Grande do Sul, por exemplo, local onde foi conduzido o nosso estudo, estamos na terceira semana consecutiva (início em 1º de março) em bandeira preta ⁵, com diversos estabelecimentos fechados, assim como as escolas ⁶. Se sabemos que a maior parte dos atos de violência contra crianças acontece dentro de casa e que são as educadoras e os educadores os maiores responsáveis pela identificação e notificação de casos de maus-tratos ⁷, é de se esperar que o Rio Grande do Sul, assim como outros estados brasileiros, permaneça com o sério problema de subnotificação de maus-tratos infantis durante todo o ano de 2021. É urgente o poder público elaborar estratégias para mitigar esse impacto.

Além de nosso artigo demonstrando subnotificação de maus-tratos na infância durante o início da pandemia, outros artigos no continente americano encontraram o mesmo. Sete artigos encontraram subnotificação em diferentes estados do Estados Unidos ^{8,9,10,11,12,13,14}, um artigo encontrou subnotificação no México ¹⁵ e mais três artigos encontraram subnotificação em outros estados brasileiros (Sergipe ¹⁶, Piauí ¹⁷ e Santa Catarina ¹⁸), além do nosso estudo no Rio Grande do Sul ². Se por um lado há subnotificação e impossibilidade de proteção e cuidado das crianças e famílias atingidas, estudos recentes vêm demonstrando que, de fato, há aumento de violência nos períodos de maior isolamento e recessão econômica durante a COVID-19 ^{19,20,21}.

¹ Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, Brasil.

² Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, Brasil.

³ Curso de Psicologia, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, Brasil.

⁴ Programa de Pós-graduação em Epidemiologia, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, Brasil.

⁵ Programa de Pós-graduação em Psicologia, Faculdade Meridional (IMED), Passo Fundo, Brasil.

⁶ Human Development and Violence Research Centre, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, Brasil.

Correspondência

M. L. Levandowski
Universidade Federal de Pelotas.
Av. Duque de Caxias 250,
Pelotas, RS 96030-000,
Brasil.
luzlevandowski@gmail.com



No momento, estamos elaborando um novo artigo para compreender se o impacto identificado em março e abril de 2020 segue a mesma tendência ao longo de 2020 e início de 2021. Nossos dados ainda em análise e não publicados apontam que a subnotificação seguiu ocorrendo de maio a dezembro de 2020 e entre janeiro e fevereiro de 2021. Desta maneira, políticas públicas precisam ser planejadas para prevenir o aumento da violência (e subnotificação) contra crianças e adolescentes durante as sucessivas ondas de distanciamento social.

Por fim, analisando os dados sobre COVID-19 no Brasil, imagina-se que a pandemia irá durar ainda mais tempo em nosso país, sendo urgente que estratégias sejam elaboradas para a proteção desses jovens que não estão tendo a chance de pedido de socorro. Defendemos o uso de máscara e de distanciamento social para barrar o avanço do vírus, que os serviços de proteção a crianças e adolescentes devam pensar em estratégias de visitas domiciliares (tomando todos os cuidados sanitários) ou videoconferências e chamadas telefônicas como instrumentos de cuidado e prevenção, além de que a população seja massivamente vacinada, com as professoras, os professores e demais trabalhadoras e trabalhadores da rede de ensino básico e fundamental na lista de prioridades.

Colaboradores

M. L. Levandowski, D. N. Stahnke e R. Salvador-Silva participaram da concepção do texto e da coleta, análise e interpretação dos dados. T. N. Munhoz e J. Von Hohendorff colaboraram na interpretação dos dados e na redação e revisão crítica do texto.

Informações adicionais

ORCID: Mateus Luz Levandowski (0000-0002-6188-620X); Douglas Nunes Stahnke (0000-0002-6871-4355); Tiago N. Munhoz (0000-0003-1281-9542); Jean Von Hohendorff (0000-0002-7414-5312); Roberta Salvador-Silva (0000-0002-7729-7928).

1. Hamada AKC, Cassol MEG, Baggio AO, Marcon CEM. Impacto do distanciamento social nas notificações de violência contra crianças e adolescentes no Rio Grande do Sul, Brasil: uma análise consensual. *Cad Saúde Pública* 2021; 37:e00070521.
2. Levandowski ML, Stahnke DN, Munhoz TN, Von Hohendorff J, Salvador-Silva R. Impacto do distanciamento social nas notificações de violência contra crianças e adolescentes no Rio Grande do Sul, Brasil. *Cad Saúde Pública* 2021; 37:e00140020.
3. Ministério da Saúde. Painel Coronavírus. <https://covid.saude.gov.br/> (acessado em 21/Mar/2021).
4. Hallal P. É melhor NÃO ir se acostumando. *Folha de S.Paulo* 2021; 9 mar. <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/pedro-hallal/2021/03/e-melhor-nao-ir-se-acostumando.shtml>.
5. Rio Grande do Sul. Bandeira preta e suspensão da cogestão: governo esclarece dúvidas sobre novas medidas. <https://www.estado.rs.gov.br/bandeira-preta-e-suspensao-da-cogestao-governo-esclarece-duvidas-sobre-novas-medidas> (acessado em 20/Mar/2021).
6. Juíza suspende aulas presenciais em escolas públicas e privadas do RS. *GZH* 2021; 1 mar. <https://gauchazh.clicrbs.com.br/coronavirus-servico/noticia/2021/03/juiza-suspende-aulas-presenciais-em-escolas-publicas-e-privadas-do-rs-cklq05sk8003z014nxvwqu08e.html>.

7. Children's Bureau, U.S. Department of Health and Human Services. Child maltreatment 2018. <https://www.acf.hhs.gov/sites/default/files/documents/cb/cm2018.pdf> (acessado em 21/Mar/2021).
8. Barboza GE, Schiamburg LB, Pacht L. A spatiotemporal analysis of the impact of COVID-19 on child abuse and neglect in the city of Los Angeles. *Child Abuse Negl* 2020; [Epub ahead of print].
9. Baron EJ, Goldstein EG, Wallace CT. Suffering in silence: how COVID-19 school closures inhibit the reporting of child maltreatment. *J Public Econ* 2020; 190:104258.
10. McLay MM. When "shelter-in-place" isn't shelter that's safe: a rapid analysis of domestic violence case differences during the COVID-19 pandemic and stay-at-home orders. *medRxiv* 2020; 5 nov. <https://www.medrxiv.org/content/10.1101/2020.05.29.20117366v3>.
11. Musser ED, Riopelle C, Latham R. Child maltreatment in the time of COVID-19: changes in the Florida foster care system surrounding the COVID-19 safer-at-home order. *Child Abuse Negl* 2021; [Epub ahead of print].
12. Rapoport E, Reiser H, Schoeman E, Adesman A. Reporting of child maltreatment during the SARS-CoV-2 pandemic in New York City from March to May 2020. *Child Abuse Negl* 2020; [Epub ahead of print].
13. Whaling K, Der Sarkissian A, Larez N, Sharkey JD, Allen MA, Nylund-Gibson K. Reduced child maltreatment prevention service case openings during COVID-19. *Research Square* 2020; 23 mai. <https://www.researchsquare.com/article/rs-30930/v1>.
14. Whelan J, Hartwell M, Chesher T, Coffey S, Hendrix AD, Passmore SJ, et al. Deviations in criminal filings of child abuse and neglect during COVID-19 from forecasted models: an analysis of the state of Oklahoma, USA. *Child Abuse Negl* 2020; [Epub ahead of print].
15. Cabrera-Hernández F, Padilla-Romo M. Hidden violence: how COVID-19 school closures reduced the reporting of child maltreatment. *Latin American Economic Review* 2020; 29:4.
16. Martins-Filho PR, Damascena NP, Lage RCM, Sposato KB. Decrease in child abuse notifications during COVID-19 outbreak: a reason for worry or celebration? *J Paediatr Child Health* 2020; 56:1980-1.
17. Trajano RKN, Lyra CVV, Sá TYG, Gomes ACA. Comparativo de casos de violência sexual contra criança e adolescente no período 2018-2020. *Research, Society and Development* 2021; 10:e11710111384.
18. Platt VB, Guedert JM, Coelho EBS. Violência contra crianças e adolescentes: notificações e alerta em tempos de pandemia. *Rev Paul Paediatr* 2021; 39:e2020267.
19. Calvano C, Engelke L, Di Bella J, Kindermann J, Renneberg B, Winter SM. Families in the COVID-19 pandemic: parental stress, parent mental health and the occurrence of adverse childhood experiences-results of a representative survey in Germany. *Eur Child Adolesc Psychiatry* 2021; [Online ahead of print].
20. Jeharsae R, Jae-noh M, Jae-a-lee H, Waeteh S, Nimu N, Chewae C, et al. Associations between stress and child verbal abuse and corporal punishment during the COVID-19 pandemic and potential effect modification by lockdown measures. *medRxiv* 2021; 6 jan. <https://medrxiv.org/cgi/content/short/2021.01.05.20248973>.
21. Lawson M, Piel MH, Simon M. Child maltreatment during the COVID-19 pandemic: consequences of parental job loss on psychological and physical abuse towards children. *Child Abuse Negl* 2020; 110:104709.

Recebido em 23/Mar/2021

Aprovado em 25/Mar/2021